

INCENTIVOS

NEWSLETTER N.º 17 | 09 DE FEVEREIRO DE 2010

www.vidaeconomica.pt

Ministro da Agricultura apresenta novidades em entrevista exclusiva: Agricultores vão ter mais dinheiro do Proder

O ministro da Agricultura quer chegar ao final de 2010 com uma taxa de execução do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013) de 30%. Em entrevista à «Vida Económica», António Serrano reconhece falhas e atrasos no arranque do Programa e explica que a sua execução está «dependente de muitas variáveis», mas que «dinheiro não é um problema». Garantindo que vai rever o conceito de fileiras estratégicas, o governante é peremptório: «não podemos, num quadro comunitário desta natureza, desaproveitar projectos bons e eu, como ministro da Agricultura, estou disponível para aproveitar e ajudar todos os projectos bons, independentemente do sector onde se enquadrem». Assim os agricultores tenham «capacidade de execução física»



dos mesmos. O Governante adianta ainda que a taxa de incentivos será duplicada para 30% em 2010, prevendo-se adiantamentos de 50% para os novos projectos.

[Ver artigo completo](#) ➔

Novos incentivos fiscais para as PME

Na Proposta do Orçamento de Estado para 2010, no capítulo dos benefícios fiscais, sobressai a «autorização legislativa para criação de medidas de incentivo fiscal para Pequenas e Médias Empresas com capital disperso em mercado organizado», ou seja, em bolsa.

Ao abrigo desta autorização, prevê-se a «criação de uma majoração de gastos em IRC até 200% dos gastos relacionados com a primeira admissão de Pequenas e Médias Empresas a um Mercado Organizado de Capitais com vista à dispersão do respectivo capital social, incluindo, designadamente taxas, comissões e outros custos de admissão ou de intermediação devidamente justificados a partir do período de tributação, inclusive, em que se verifique a admissão da empresa ao mercado organizado, desde que incorridos nesse período de tributação, no anterior ou no seguinte».



Fica também prevista a criação de uma «dedução à colecta de IRS, com vigência máxima de cinco anos, até 25% dos valores aplicados na aquisição de ações de PME no âmbito de subscrição de capital, por estas, em Mercado Organizado de Capitais, e na aquisição de unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional, até o limite global de €500».

[Ver artigo completo](#) ➔

Candidaturas colectivas no programa «Turismo 2015» com dotação de 15,8 milhões

Luso-descendentes, mercados emergentes e interno, a par dos tradicionais emissores, são as prioridades de promoção do Instituto do Turismo de Portugal em 2010, para o que disporá de uma verba de 50 milhões de euros. Ao mesmo tempo, reforça segmentos que contrariem a sazonalidade turística, como congressos com mais de 1000 participantes. Em entrevista à «Vida Económica», Luís Patrão, presidente do Turismo de Portugal, afirma que no segundo semestre será lançado um segundo concurso no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação (QREN), no valor de 30 milhões de euros, o qual prevê a atribuição de uma majoração do incentivo de 10% para os projectos enquadrados na tipologia de investimentos preferenciais do Pólo de Competitividade e Tecnologia do Turismo.

[Ver artigo completo](#) ➔

Índice

Incentivos a Empresas	2
Dicas & Conselhos	3
Notícias	4
Apoios Regionais	7
Perguntas & Respostas	9
Legislação	9
Agenda	9
Indicadores Conjunturais	10

Fileira da madeira recebe apoio de quatro milhões

As indústrias de primeira transformação florestal vão receber quatro milhões de euros do Fundo de Solidariedade Europeu. Trata-se da primeira vez que este tipo de fundo se dirige a este segmento empresarial. A Associação das Indústrias de Madeiras e Mobiliário de Portugal (AIMMP) considera que este passo vem «reconhecer a situação provocada pela propagação do Nemátodo da Madeira de Pinheiro como uma calamidade, e passa a ter apoio no tratamento fitossanitário a que ficou obrigado».

De acordo com a associação, a esta comparticipação financeira «podem aceder as empresas registadas na Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural que efectuaram tratamentos fitossanitários durante o ano de 2008 e 2009, mediante apresentação de candidaturas a concursos que se encontram a ser definidos e regulamentados». O processamento destas comparticipações financeiras deverá ter início em Setembro, estimando-se uma distribuição de seis euros por metro cúbico de madeira serrada e de 0,21 euros por paleta de madeira.

Projectos Mobilizadores de I&DT: candidaturas até 26 de Fevereiro

Está ainda a decorrer até ao próximo dia 26 de Fevereiro o período para apresentação de candidaturas ao Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas (SI I&DT), destinado exclusivamente projectos âncora inseridos nas Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC) reconhecidas como Pólos de Competitividade e Tecnologia & Outros Clusters.

São susceptíveis de apoio projectos de I&DT mobilizadores de relevantes capacidades e competências científicas e tecnológicas, com elevado conteúdo tecnológico e de inovação e com impactes significativos a nível multisectorial e/ou regional no âmbito das EEC.

Os projectos a apoiar devem promover uma efectiva transferência do conhecimento e valorização dos resultados de I&DT junto das empresas e assentar em parcerias de inovação entre estas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Cada projecto deverá estar estruturado de forma a contemplar um máximo de 10 intervenções em torno de inovações de produto, processo ou sistema.



No âmbito do presente Concurso há que considerar as delimitações previstas no protocolo de articulação entre o FEDER (Sistemas de Incentivos) e o FEADER (PRODER), destacando-se, no que se refere ao Campo de Intervenção do FEADER, a alínea c) do ponto 1.1 (ver documento em baixo).

TAXA BASE, MAJORAÇÕES E LIMITES DE INCENTIVO (1)

TAXA BASE MÁXIMA	MAJORAÇÕES	LIMITES MÁXIMOS
25%	Investimento Industrial - 25 p.p. a atribuir a actividades de I&DT classificadas como tal.	<p>O incentivo global atribuído a cada entidade beneficiária não pode exceder o limite máximo, expresso em ESB, de 80 % das despesas elegíveis.</p> <p>No caso particular deste Concurso, o incentivo máximo a atribuir por projecto é de 5 milhões de euros, podendo este limite ser aumentado para 7,5 milhões de euros, em casos excepcionais admitidos pelas Autoridades de Gestão e mediante fundamentação apresentada pelos promotores, em função do mérito e complexidade científica e tecnológica do projecto.</p>
	Tipo de Empresa - 10 p.p. a atribuir a Médias Empresas; 20 p.p. a atribuir a Pequenas Empresas.	
	<p>15 p.p. quando se verifique pelo menos uma das seguintes situações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Majoração "Cooperação entre Empresas", a atribuir quando o projecto verificar cumulativamente as seguintes condições: <ol style="list-style-type: none"> 1) Envolver uma cooperação efectiva entre empresas autónomas umas das outras; 2) Nenhuma empresa suportar mais de 70% das despesas elegíveis do projecto; 3) Envolver uma cooperação com pelo menos uma PME ou envolver actividades de I&DT em pelo menos dois Estados-Membros. 2. Majoração "Cooperação com Entidades do SCT", a atribuir quando se verificarem cumulativamente as seguintes condições: <ol style="list-style-type: none"> 1) A participação das entidades do SCT representa pelo menos 10% das despesas elegíveis do projecto; 2) As entidades do SCT têm o direito de publicar os resultados do projecto de investigação que resultem da I&DT realizada por essa entidade. 3. Majoração "Divulgação ampla dos resultados", a atribuir apenas a actividades de Investigação Industrial, desde que os seus resultados sejam objecto de divulgação ampla através de conferências técnicas e científicas ou publicação em revistas científicas ou técnicas ou armazenados em bases de dados de acesso livre, ou seja, às quais é livre o acesso aos dados de investigação brutos ou através de um software gratuito ou público. 	

(1) As taxas base, majorações e limites de incentivo são aplicadas tendo por referência cada Produto, Processo ou Sistema.

O incentivo a conceder pode revestir as seguintes modalidades:

- Para projectos com um incentivo inferior ou igual a € 1.000.000: Incentivo Não Reembolsável;
- Para projectos com um incentivo superior a € 1.000.000: Incentivo Não Reembolsável até ao montante de € 1.000.000, assumindo o montante do incentivo que excede aquele valor a modalidade de Incentivo Não Reembolsável numa parcela de 75% e de Incentivo Reembolsável para a restante parcela de 25%, sendo que esta última parcela apenas será atribuída quando igual ou superior a € 50.000.

São abrangidas pelo presente Concurso todas as regiões NUTS II do Continente, com excepção da Região de Lisboa. Os projectos liderados por empresas cujos investimentos estejam localizados na região do Algarve não deverão incluir investimentos localizados noutras NUTS II.

A decisão sobre as candidaturas deverá ser comunicada aos promotores até ao dia 8 de Junho.

Dicas & Conselhos

MODCOM - 5ª FASE

Estou a pensar montar um talho em Paredes, onde já possuo uma loja de rua. O investimento em obras de remodelação, equipamentos, hardware e software e estudos ascenderá a 150.000,00€.

Poderei obter apoios no MODCOM?

RESPOSTA

A 5ª fase de candidaturas ao Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio (MODCOM) abriu no passado dia 08.01.2010 e prolonga-se até ao próximo dia 12.03.2010. No entanto, esta nova fase apresenta algumas alterações em relação à fase anterior, nomeadamente em relação às condições de acesso dos promotores e incentivos a conceder. Assim, exige-se que o promotor esteja legalmente constituído, à data da candidatura, e tenha dado início de actividade para efeitos fiscais há pelo menos um ano. Quanto ao incentivo financeiro a conceder,

que continua a assumir a natureza de incentivo não reembolsável, baixou de 50% para 45% das despesas elegíveis, não podendo ultrapassar 40.000 € por projecto, quando na fase anterior era de 50%, com o máximo de 50.000,00 €

Em consequência, se tiver dado início de actividade fiscal há pelo menos um ano pode candidatar-se à 5ª fase do MODCOM, mais concretamente à Acção A – Projectos Empresariais de Modernização Comercial, alínea a) – Projectos de dinamização de empresas comerciais adquiridas ou constituídas há menos de três anos por jovens empresários, ou alínea b) – Projectos individuais de pequena dimensão que visem aumentar a competitividade empresarial e simultaneamente demonstrem satisfazer adequadamente os objectivos definidos, conforme o caso.

Quanto às rubricas de investimento indicadas, constituem to-

das despesas elegíveis, embora haja limites máximos dos incentivos a conceder por rubrica e que são os seguintes:

1. 25.000,00 € para obras;
2. 1.500,00 € para estudos;
3. 500,00 € para a intervenção do TOC ou ROC.

Outras condições de acesso dos promotores são:

- a) Ter a situação contributiva regularizada perante o Estado, a segurança social e as entidades pagadoras do incentivo (a comprovar no prazo de 20 dias úteis após a decisão da concessão do incentivo);
- b) Dispor, à data da candidatura, de contabilidade actualizada e organizada de acordo com a legislação aplicável;
- c) Possuir, à data da candidatura, capacidade técnica, financeira e de gestão adequada à dimensão e complexidade do projecto;
- d) Apresentar, à data da candidatura, uma situação económico-financeira equilibrada, verifica-

da pelo cumprimento do rácio de autonomia financeira não inferior a 0,15;

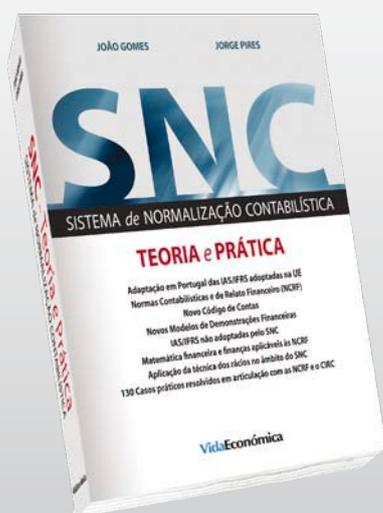
- e) Cumprir, à data da candidatura, os critérios de micro e pequena empresa;
- f) Comprometer-se na data da candidatura a ter concluído, à data de início de investimento, os projectos de natureza idêntica, para o mesmo estabelecimento, apoiados anteriormente no âmbito do MODCOM ou dos sistemas de incentivos do QREN.

Quanto a apoios financeiros, no caso da candidatura ser aprovada, ascenderão a 40.000,00 € a título de incentivo não reembolsável (150.000,00 € * 45%, com o limite de 40.000,00 €).

NOTA: As candidaturas encerram no dia 12.03.2010.

Colaboração: Sibec - Soc. Ibérica de Economia - www.sibec.pt

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA TEORIA E PRÁTICA



INCLUI:

- Adaptação em Portugal das IAS/IFRS adoptadas na UE
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF)
- Novo Código de Contas
- Novos Modelos de Demonstrações Financeiras
- IAS/IFRS não adoptadas pelo SNC
- Matemática financeira e finanças aplicáveis às NCRF
- Aplicação da técnica dos rácios no âmbito do SNC
- 130 Casos práticos resolvidos em articulação com as NCRF e o CIRC

Contém ainda esquemas, ilustrações, casos práticos e comentários. Edição com mais de 800 páginas.

Preço: €44
Páginas: 960

Formato: 18,5 x 26 cm
Encadernação: Capa dura



Notícias

QREN

QREN TERÁ TESTE DECISIVO ESTE ANO

Centros de Coordenação e Desenvolvimento Regional e associações empresariais recordam que «houve problemas de gestão do QREN até muito tarde» e colocam fortes expectativas no seu ágil funcionamento daqui em diante. Para o efeito, pedem a adequação dos programas operacionais e respectivas medidas aos novos desafios de Portugal, principalmente nesta era do pós-crise.

O Relatório Estratégico do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) de 2009 (ver notícia em baixo) afirma que «o QREN contribuiu para o reforço do relançamento da economia nacional através de várias medidas». A «Vida Económica» foi perceber, junto das associações empresariais e dos Centros de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e do Centro, como é que esta afirmação é encarada por quem, diariamente, trabalha com aquele instrumento de financiamento. As respostas mostram algumas cautelas e apontam para as fragilidades do seu sistema de funcionamento.

Para António Saraiva, presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), «é um facto que o QREN auxiliou a atenuar as contrariedades da crise económica e financeira. É inegável que os fundos públicos e/ou comunitários ajudam a relançar a economia. Mas a génese do verdadeiro relançamento, ou seja, daquele que é sustentável, encontra-se, sobretudo, nas empresas, na dedicação dos empresários à prossecução das suas actividades».

[ver artigo completo](#) ➔

FINANCIAMENTO DO QREN ESTÁ «BLINDADO CONTRA TENTACÕES»

Questionado sobre se considera que, de alguma forma, o Estado ficará tentado a utilizar as verbas do QREN para as consideradas «grandes obras», em detrimento de as canalizar para as PME e autarquias locais, Carlos Lage, presidente da CCDR-N fala em actual blindagem contra tentações.



«A programação de objectivos e financiamentos do QREN e dos Programas Operacionais, sendo suportada em contratos assinados com a Comissão Europeia e em documentos que não são apenas públicos como objecto de regulamentação específica e de um permanente acompanhamento externo, está muito defendida e blindada contra tentações». Ainda assim, frisa que «preferia que a visão do QREN e, sobretudo, a aplicação dos Programas Operacionais Temáticos, observasse um pensamento e uma lógica do desenvolvimento marcadamente territorial. É pelo investimento que se fizer no potencial de desenvolvimento das regiões de convergência e pelas mudanças que se gerarem na competitividade das suas economias e na qualificação das pessoas que o QREN será, fundamentalmente, avaliado».

[ver artigo completo](#) ➔

RELATÓRIO ESTRATÉGICO DO QREN 2009

Portugal submeteu à Comissão Europeia, em Dezembro, no cumprimento dos requisitos regulamentares comunitários, o primeiro dos dois Relatórios Estratégicos do actual ciclo de programação dos Fundos da Política de Coesão 2007-2013.

Este Relatório Estratégico, da responsabilidade do Observatório do QREN, visa responder em que medida o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e os seus Programas Operacionais (PO) têm contribuído, através de uma estratégia de desenvolvimento alinhada com o paradigma definido pela Estratégia de Lisboa renovada, para o reforço da coesão económica e social da União Europeia (EU) e o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das suas regiões e dos seus territórios.

Tendo por base dados reportados a Setembro de 2009, poderá encontrar neste relatório os principais resultados do QREN, efectivos ou expectáveis, a análise da sua coerência com os objectivos estratégi-



cos definidos, e do seu contributo para os objectivos da Política de Coesão; encontrará igualmente uma síntese dos resultados preliminares da avaliação global do QREN, conhecerá casos de boas práticas na implementação dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão em

Portugal e os principais desafios que a implementação do QREN enfrenta, bem como o contributo deste instrumento financeiro para o plano de relançamento da economia nacional.

O Relatório evidencia o contributo dominante dos PO do QREN para três dos respectivos domínios prioritários: i) o domínio “Mais mobilidade positiva através das qualificações, da protecção social e do emprego”, com grande destaque para o investimento na Iniciativa

Novas Oportunidades e na formação avançada; ii) o domínio “Promoção de um território inteligente”, com destaque para os investimentos nos instrumentos da Política de Cidades POLIS XXI – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, Parcerias para a Regeneração Urbana e Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano; e iii) o domínio “Melhoria do sistema de inovação e desenvolvimento de I&D”, com grande relevância para os apoios aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos (SI) às empresas – SI Inovação, SI Investigação & Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas e SI à Qualificação e Internacionalização de PME.

Fonte: <http://www.qren.pt>

[Relatório Estratégico do QREN - 2009](#) ➔

Notícias

BRASIL APRESENTA «GRANDES OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO» PARA AS EMPRESAS NACIONAIS

As empresas portuguesas «têm grandes oportunidades de negócio no Brasil», pois o conjunto de «grandes eventos mundiais» previstos para os próximos anos criará «grandes condições de investimento em infra-estruturas e outros decorrente desta visibilidade», assegura Luís Lobão.

Presente na sessão de lançamento da 2ª edição do programa PAEX - Parceiros para a Excelência, o professor de Estratégia e Desenvolvimento Organizacional da Fundação Dom Cabral aconselhou, em conversa com a 'Vida Económica', os empresários nacionais a apostarem em «parcerias com empresas e empresários brasileiros» como forma preferencial de marcar presença no mercado brasileiro.



«Acredito que empresas portuguesas têm grandes oportunidade de negócio no Brasil, e talvez uma porta de entrada possa ser a associação e parcerias com empresas e empresários brasileiros», começou por referir Luís Lobão.

«Mais que uma 'moda', o ambiente de negócio no Brasil está muito aquecido, pois temos previsto para os próximos anos grandes eventos mundiais (copa, olimpíadas e ECO92+20) e tudo isto cria grandes condições de investimento em infra-estruturas e outros decorrentes desta visibilidade».

Por outro lado, o aumento da concessão de crédito em 2010 será, na opinião do docente, inevitável e a perspectiva de aumento de capitais de empresas estrangeiras já presentes no Brasil, nomeadamente no sector produtivo, tem «animado os especialistas de mercado».

[Ver artigo completo](#) ➔

ARRENDAMENTO JOVEM:

MAIS BENEFICIÁRIOS PARA O PROGRAMA PORTA 65

O Governo aprovou em Conselho de Ministros alterações ao programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por Jovens, de forma a permitir que mais jovens possam beneficiar do programa, prevendo-se o aumento do apoio mensal atribuído, em função de critérios sociais e espaciais e possibilitando a mobilidade dos jovens beneficiários.

Das alterações introduzidas ao programa de apoio ao arrendamento por jovens, destacamos as seguintes:

- permite-se que os jovens possam beneficiar do apoio ao arrendamento mais cedo, passando a ser possível apresentar candidaturas ao programa durante o primeiro ano de trabalho. Até agora, exigia-se que os jovens declarassem os seus rendimentos referentes ao ano anterior ao da candidatura, estando assim impedidos de beneficiar do programa os jovens que não trabalhassem há, pelo menos, um ano.

POPH

PROMOÇÃO DO EMPREGO CIENTÍFICO

Estão abertas as candidaturas ao POPH no âmbito da intervenção "Promoção do Emprego Científico".

A formalização das candidaturas, cujo período de apresentação decorre até 1 de Março, deverá ser efectuada através do endereço electrónico www.poph.qren.pt, no campo "Sistema de Informação," ou directamente no sítio <http://siifse.igfse.pt>, entrando no campo QREN.

Aviso

POPH LANÇA CONCURSO "GRANDE SERÁ O NOSSO FUTURO"

"Grande será o nosso Futuro" é o concurso lançado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) no âmbito da Futurália - Feira da Juventude, Qualificação e Emprego.

O POPH pretende que os alunos que concluíram o 12º ano através de um percurso formativo apoiado pelo Fundo Social Europeu, nomeadamente através de Cursos do Sistema de Aprendizagem, Cursos Profissionais, Centros Novas Oportunidades ou Cursos de Educação e Formação de Adultos, contem o que construíram na sua vida, os seus projectos ou objectivos já realizados, através do envio de um texto (máximo cinco mil caracteres), juntamente com alguma fotos que ilustrem a sua realidade, até ao próximo dia 28 de Fevereiro.

Todos os participantes receberão uma t-shirt personalizada e aos dois depoimentos com mais potencial humano será atribuído um voucher de estudo no valor de 3.500€ e 2.000€, para além da divulgação dos seus trabalhos na Feira da Juventude, Qualificação e Emprego – FUTURÁLIA e no Programa Iniciativa da RTP2.

Fonte: <http://www.qren.pt>

- elimina-se o requisito do limiar mínimo de rendimentos. Actualmente está fixado um limite mínimo de rendimentos que o candidato deve auferir. Com a eliminação desta condição, basta que o jovem cumpra a taxa de esforço mínima para que se possa candidatar ao programa, isto é, que o valor da renda seja igual ou inferior a 60% do seu rendimento;
- Assim, para beneficiar do apoio financeiro basta declarar os últimos 6 meses de rendimentos;
- deixa de ser necessário apresentar um contrato de arrendamento para efeitos de candidatura ao programa, bastando apenas um contrato-promessa de arrendamento. Esta medida permite que o arrendamento se inicie apenas quando o jovem sabe que vai beneficiar do apoio;

[Ver artigo completo](#) ➔

Notícias

COMISSÃO EUROPEIA APROVA GRANDE PROJECTO DA ERSUC

A Comissão Europeia aprovou, no passado dia 30 de Novembro de 2009, o primeiro Grande Projecto apresentado pelo Programa Operacional Valorização do Território (POVT), de responsabilidade da ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA, designado por "Projecto de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos do Sistema Multimunicipal do Litoral Centro, baseado no Tratamento Mecânico e Biológico".

Este projecto foi aprovado no âmbito do Eixo VIII do POVT - Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos e envolve um investimento total de 115 milhões de euros, para o qual foi aprovada uma contribuição comunitária FEDER de 80 milhões de euros.

Este grande projecto visa a construção de duas Unidades de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) em Aveiro e Coimbra, uma estação de transferência em Montemor-o-Novo e a aquisição de três viaturas específicas para a operacionalidade da mesma.



As unidades de TMB terão como função o processamento de todos os resíduos indiferenciados recolhidos na área de abrangência do referido sistema de gestão, de modo a maximizar o aproveitamento de todas as frações com potencial de valorização. A capacidade de tratamento de cada unidade será de 190.000 toneladas/ano de resíduos sólidos urbanos, sendo submetidas ao processo de tratamento por digestão anaeróbia cerca de 123.000 toneladas/ano.

Fonte: <http://www.povt.qren.pt>

EUROPA LIBERTA APOIOS À AGRICULTURA

A União Europeia (o Comité de Desenvolvimento Rural) acaba de aprovar propostas que vão libertar cinco mil milhões de euros para os sectores da agricultura, ambiente e desenvolvimento rural dito de banda larga.

O objectivo é um só: fazer face à crise económica, do sector leiteiro e às alterações climáticas no âmbito do Plano de Relançamento da Economia Europeia e do pacote Exame de Saúde da PAC.

As maiores parcelas dirigem-se à biodiversidade, 1,5 mil milhões de euros, 31,2% do total, gestão hidrológica, 1,3 mil milhões, ou seja, 26,9% do total. A reestruturação do sector leiteiro vai receber 14,5% do total, 700 milhões de euros. Parte destes, 20 milhões de euros, vão, directamente, para os Açores. As medidas de luta contra as alterações climáticas e o reforço das energias renováveis vão beneficiar, respectivamente, de 700 e 300 milhões de euros, isto é, 14,2% e 5,6% do total.

OE 2010 REDUZ O INCENTIVO À DESTRUIÇÃO DE AUTOMÓVEIS LIGEIROS EM FIM DE VIDA

Apesar de neste momento não existir norma que permita a utilização dos incentivos fiscais à destruição de veículos em fim de vida este regime vai ser mantido.

De facto, desde 1 de Janeiro de 2010 existe um vazio legal que não permite que possa ser utilizado o incentivo fiscal à destruição de automóveis ligeiros em fim de vida, uma vez que até à entrada em vigor do OE para 2010 não foi publicada qualquer norma que prorrogasse o regime previsto no Decreto-Lei nº 292-A/2000, de 15 de Novembro.

Porém, está confirmado pela proposta de OE agora apresentada que tal incentivo vai continuar, embora abrangendo menos veículos uma vez que é reduzido para 130 g/km o nível de emissões de CO2 dos carros abrangidos.

Por outro lado, o incentivo passa novamente a ser de € 1.000 para automóveis ligeiros a destruir cuja primeira matrícula haja sido atribuída em período igual ou superior a 10 anos e inferior a 15 anos, e de € 1.250 para automóveis ligeiros a destruir cuja primeira matrícula haja sido atribuída em período igual ou superior a 15 anos.

Relativamente aos veículos adquiridos entre 1 de Janeiro de 2010 e a entrada em vigor do OE para 2010, os proprietários poderão usufruir do incentivo através de reembolso, apresentando requerimento para o efeito.

CAETANOBUS DEFENDE CRIAÇÃO DE INCENTIVOS À COMPRA DE AUTOCARROS ELÉCTRICOS

A CaetanoBus quer que o Governo crie medidas de incentivo à compra de autocarros eléctricos, como o que a empresa detida pela Salvador Caetano e pela Daimler vai produzir a partir do próximo ano, por parte dos operadores de transportes. «Consideramos que deve haver incentivos adicionais na fase inicial de comercialização e de introdução no mercado desta nova tecnologia feita em Portugal», disse à 'Vida Económica' o presidente da CaetanoBus, José Ramos.

O executivo toma como exemplo o apoio previsto de cinco mil euros (a que se poderá juntar o incentivo pelo abate de uma viatura com mais de dez anos) pelo Governo para a aquisição de veículos eléctricos de passageiros, com o objectivo de aumentar a competitividade dos automóveis eléctricos. José Ramos sugere, assim, «que a mesma política seja adoptada, de forma proporcional, aos autocarros eléctricos», com a atribuição de um incentivo assente no número de pessoas a transportar.

«Assim, se nos automóveis eléctricos o apoio previsto representa mil euros por pessoa transportada (tendo como referência um automóvel de cinco lugares), deveria haver idêntico incentivo à aquisição de autocarros eléctricos, que transportam entre 50 a 70 pessoas», defende o presidente da CaetanoBus. «Um incentivo proporcional permitiria uma maior competitividade deste produto português e a rápida adopção deste pelo mercado nacional, levando a uma consequente conquista de mercados de exportação», afirma José Ramos.

Apoios Regionais

NORTE

AIMINHO LANÇA DESAFIO AOS JOVENS EMPREENDEDORES

A Associação Industrial do Minho (AIMinho) promove, entre Janeiro e Abril, o «Desafio Ousar». Na prática, trata-se de um concurso destinado a jovens empreendedores com idades entre os 18 e os 35 anos que pretendam desenvolver ideias para potenciais negócios nas áreas das tecnologias de informação e conhecimento, biotecnologia, saúde e bem estar e energia.

Este concurso de ideias, a decorrer integralmente on-line desde 21 de Janeiro, prolonga-se até ao próximo dia 30 de Abril.



Depois da inscrição, os candidatos passarão por oito etapas que os levarão a estruturar e a expor a sua ideia de negócio. Segundo os organizadores, «o Desafio Ousar tem como objectivo despertar a capacidade de iniciativa e criatividade dos potenciais empreendedores, assim como desenvolver competências empreendedoras e cimentar ideias de negócio».

Aos concorrentes exigem-se qualificações iguais ou superiores ao nível IV e que os seus projectos sejam enquadrados nos distritos de Braga, Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Bragança e Vila Real. Os três melhores projectos serão premiados com vales de consultoria no valor de 5000, 2500 e 1000 euros.

[Ver artigo completo](#) ➔

EMPREENDEDORISMO NO FEMININO: DOURO GANHA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA

A região do Douro Vinhateiro passa a contar, a partir deste ano, com uma empresa que alia a comunicação à animação turística da região. Greengrape é o nome do projecto encabeçado por Celeste Pereira, que foi durante 17 anos jornalista, 14 dos quais no jornal Público, sendo que nos últimos três esteve já a dedicar-se a projectos de comunicação situados naquela região, nomeadamente com o restaurante DOC.

«Encerro esta colaboração, para iniciar uma nova etapa. Estou, desde há alguns meses, empenhada no arranque de um projecto empresarial que conta já com uma equipa de profissionais. A empresa

chama-se Greengrape e é a única empresa portuguesa que alia a comunicação à animação turística, tendo sido reconhecida como projecto com «Interesse para o Turismo», explica, à «Vida Económica», Celeste Pereira.

A Greengrape é fruto de uma candidatura, levada a cabo por Celeste Pereira, ao último Programa Empreendedorismo no Feminino, no âmbito do QREN, mais concretamente do ON2 Norte, tendo sido «um dos três projectos aprovados entre as 173 candidaturas apresentadas naquele contexto».

[Ver artigo completo](#) ➔

TURISMO DO PORTO E NORTE APROFUNDA PRESENÇA NA GALIZA

O Turismo do Porto e Norte pretende completar a rede de lojas de turismo em todos os 82 municípios aderentes da região até 2014. Segundo Melchior Moreira, presidente da entidade, a estas lojas juntar-se-ão, em meados de 2010, a unidade do aeroporto Sá Carneiro, e, em finais de 2012, o «welcome center» do Porto, num espaço de 1022 m2 na Avenida dos Aliados.

Falando à margem da apresentação da loja do turismo do Porto e Norte em Santiago de Compostela, Melchior Moreira referiu que o conceito destes espaços, que substituirão os antigos postos de turismo, visa «tipificar» a oferta e «unificar a informação em rede sobre os produtos de todos os concelhos do Norte».

Mais ainda, as lojas querem ser «uma fonte de negócios e rentabilidade» dos 10 produtos turísticos da região e das empresas aderentes, com «a abertura à iniciativa privada», que partilha destes espaços mediante o pagamento de um «fee» sobre as vendas ao público. Trata-se de lojas que apostam em conceitos comunicacionais interactivos e, por isso, disponíveis 24 horas.



[Ver artigo completo](#) ➔

CONCURSOS

CENTRO

AVISO
➔ Mobilidade Territorial - Dão-Lafões
25/01/2010 a 09/03/2010

AVISO
➔ Mobilidade Urbana - Pinhal Litoral
26/01/2010 a 26/02/2010

AVISO
➔ Mobilidade Territorial - Pinhal Litoral
26/01/2010 a 09/03/2010

AVISO
➔ Coesão Local - Pinhal Litoral
26/01/2010 a 09/03/2010

AVISO
➔ Mobilidade Territorial - Comurbeiras
26/01/2010 a 09/03/2010

AVISO
➔ Património Cultural - Comurbeiras
26/01/2010 a 09/03/2010

AVISO
➔ Valorização e Qualificação Ambiental - Pinhal Litoral
01/02/2010 a 03/03/2010

AVISO
➔ Mobilidade Territorial - Pinhal Interior Norte
02/02/2010 a 19/02/2010

ALENTEJO

AVISO
➔ Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
19/12/2009 a 18/12/2010

AVISO
➔ Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana
19/12/2009 a 18/12/2010

ALGARVE

AVISO
➔ Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar
01/02/2010 a 30/06/2010

Apoios Regionais

INALENTEJO APROVA 230 MILHÕES DE EUROS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA REGIÃO

O INALENTEJO (Programa Operacional do Alentejo) aprovou mais de 180 candidaturas de micro e pequenas empresas no âmbito dos Sistemas de Incentivos, para a Região Alentejo, cujos projectos correspondem a investimentos elegíveis de 230 milhões de euros. Do montante de investimento elegível aprovado, 109,5 milhões de euros correspondem ao co-financiamento comunitário FEDER.

Já em Janeiro, a Comissão Directiva do INALENTEJO aprovou mais 8 projectos de investimento, os quais representam um investimento total superior a 130 milhões de euros, e um co-financiamento comunitário FEDER de 30 588 062 euros. Dois destes projectos enquadrados no Regime Especial, referem-se à criação de uma unidade industrial de biodiesel, e à construção de um Eco Camping Resort.



O maior número de candidaturas aprovadas na Região Alentejo enquadra-se no sistema de Incentivos Qualificação PME, com o objectivo de aumentar a competitividade das PME, designadamente a sua capacidade de resposta e presença activa no mercado global. O Sistema de Incentivos à Inovação também apresenta um número significativo de candidaturas aprovadas, tendo como objectivos: Promover a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor; Reforçar a orientação das empresas para os mercados internacionais; Estimular o empreendedorismo qualificado e o investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento.

Fonte: <http://www.ccdr-a.gov.pt>

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE LEIRIA LEVA PROJECTOS A FRANKFURT

A Associação Empresarial da Região de Leiria (NERLEI) leva, esta semana, 16 empresas locais à feira Ambiente, que decorre entre 12 e 16 de Fevereiro, em Frankfurt, Alemanha. No certame as marcas apresentam os seus produtos num espaço que totaliza 674,5 metros quadrados e desenvolvem actividades ligadas à cerâmica decorativa e utilitária, louça metálica, utilidades domésticas e cutelarias.

De acordo com aquilo que a "Vida Económica" conseguiu apurar, a

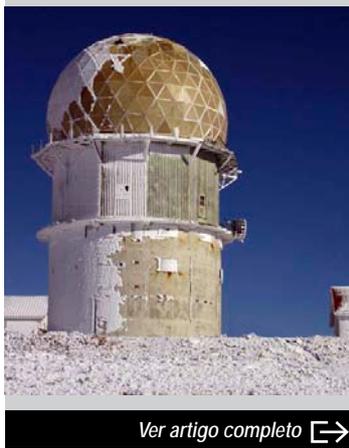
NERLEI desenvolveu uma imagem comum, que tem como slogan "Choose Portugal", para destacar a participação destas empresas na feira.

Esta iniciativa da associação está inserida numa candidatura, já aprovada, ao Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, do QREN.

[Ver artigo completo](#) ➡

QREN FINANCIA 70% DE Pousada TURÍSTICA NA SERRA DA ESTRELA

Os projectos que visam transformar o antigo sanatório da Serra da Estrela numa Pousada de Portugal foram aprovados e o seu concurso deve ser lançado ainda durante este mês. A garantia é deixada à "Vida Económica" pelo presidente da Entidade Turística da Serra da Estrela, Jorge Patrão. Segundo o mesmo responsável, "os diferentes projectos necessários à obra tiveram de passar por várias entidades e esse processo está concluído. Ainda em Fevereiro deve ser lançado o concurso público internacional". A aprovação dos projectos vem juntar-se ao financiamento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), sendo o investimento total de 19,66 milhões de euros, 70% dos quais financiados pelo Programa Operacional Temático Valorização do Território, no âmbito do QREN. Este valor inclui a recuperação e reconversão do antigo sanatório dos ferroviários da Covilhã, localizado a 1200 metros de altitude, bem como a transformação da zona envolvente e a instalação de equipamentos e mobiliário.



[Ver artigo completo](#) ➡

Breves

MADEIRA: RUMOS ABRE PERÍODO DE CANDIDATURAS

Está a decorrer até ao próximo dia 26 de Fevereiro o período para apresentação de candidaturas ao Programa Rumos (Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira) para acções de formação de docentes e formadores.

As candidaturas deverão ser formalizadas na página Internet do SIIFSE (Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu) - <http://siifse.igfse.pt> - entrando no campo QREN.

Aviso



POR LISBOA: OPTIMIZAÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS E MOBILIDADE TERRITORIAL

O Programa Operacional Regional de Lisboa aprovou dois projectos no âmbito da Optimização da Gestão de Resíduos. Os projectos agora aprovados representam um investimento de €2.001.929,12 a que corresponde um co-financiamento de €1.000.964,56 (ver documento: concurso nº 1).

Foram igualmente aprovados dois projectos no âmbito da Mobilidade Territorial, que representam um investimento elegível de €946.577,99 a que corresponde um co-financiamento de €473.289,00 (ver documento: concurso nº 2).

Fonte: <http://www.porlisboa.qren.pt>

(Concurso nº 1)



(Concurso nº 2)



LEGISLAÇÃO

AGRICULTURA

Programa Apícola Nacional

- Aviso n.º 2171/2010, de 1 de Fevereiro (DR n.º 21, II Série, pág. 4548)

- Abertura de um novo período de apresentação de candidaturas para a campanha 2010, ao abrigo do Programa Apícola Nacional.

Recomendação de medidas anti- crise

- Resolução da Assembleia da República n.º 9/2010, de 2 de Fevereiro (DR n.º 22, I Série, pág. 274) –

Recomenda ao Governo sete medidas anticrise com efeito rápido na agricultura, cinco medidas para o regime de pagamento único (RPU) ser pago a tempo e horas, nove medidas para salvar o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e defender o interesse nacional e a agricultura portuguesa junto da União Europeia.

Regime do Pagamento Único

- Portaria n.º 68/2010, de 3 de Fevereiro (DR n.º 23, I Série, págs. 283

a 288) – Aprova o Regulamento de Aplicação do Regime do Pagamento Único (RPU).

Apoio específico aos agricultores para determinados tipos de agricultura

- Despacho normativo n.º 2/2010, de 29 de Janeiro (DR n.º 20, II Série, págs. 4367 a 4373) – Estabelece medidas que têm como objectivo apoiar tipos específicos de agricultura importantes para a protecção ou a valorização do ambiente.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Incentivo à Consolidação e Desenvolvimento Empresarial

- Despacho n.º 1993/2010, de 29 de Janeiro (DR n.º 20, II Série, págs. 4352 a 4353) – Estabelece os indicadores económicos e financeiros para avaliação preliminar nos projectos de candidatura ao Incentivo à Consolidação e Desenvolvimento Empresarial. (Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 222/2010, de 5.2)

AGENDA

ACÇÕES CYTED: CONVOCATÓRIA 2010

Objecto: Redes Temáticas, Acções de Coordenação de Projectos de Investigação e Projectos de Investigação em Consórcio

Data: convocatória aberta entre o dia 1 de Fevereiro e 8 de Abril de 2010

Contactos: Agência de Inovação (Rita Silva: rsilva@adi.pt;

Tel.: 210103090 / 214232100); Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Engº José Bonfim: Jose.Bonfim@fct.mctes.pt; Telf: 21 7828300)

A presente convocatória está aberta a todas as pessoas físicas pertencentes a centros de I+D ou empresas estabelecidas num país Ibero-americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, R. Dominicana, Uruguai e Venezuela).

Cada Acção de Coordenação ou Rede Temática deverá ter um mínimo de 6 grupos de investigação participantes (grupo do coordenador + 5 parceiros) de pelo menos 6 países ibero-americanos diferentes, signatários do Programa CYTED.

Áreas Temáticas:

- Agro-alimentar
- Saúde
- Desenvolvimento da Produção Industrial
- Desenvolvimento Sustentável, Alterações Climáticas e Ecossistemas
- Tecnologias da Informação e Comunicação
- Ciência e Sociedade
- Energia

Para mais informações, clique [aqui](#).

Fonte: www.adi.pt

Perguntas & Respostas

HÁ PROJECTOS QUE NÃO SEJAM APOIÁVEIS PELO SI INOVAÇÃO?

Não são susceptíveis de apoio os projectos que não tenham enquadramento neste sistema de incentivos nos termos do respectivo regulamento e nos Avisos de Abertura dos Concursos respectivos, bem como os projectos que tenham por objecto a construção de empreendimentos turísticos a explorar, ainda que em parte, em regime de direito de habitação periódica, de natureza real ou obrigacional, bem como a remodelação ou ampliação de empreendimentos explorados, na totalidade, naquele regime.

Fonte:

<http://www.incentivos.qren.pt>

INOVAÇÃO

& EMPREENDEDORISMO

SUBSCRIÇÃO
GRATUITA

Faça o seu registo em:
mailings.vidaeconomica.pt

VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL

- ARTIGO DE OPINIÃO
- GRANDE REPORTAGEM
- ENTREVISTA
- AGENDA DE EVENTOS
- NOTÍCIAS

- GUIA PARA COMEÇAR A INOVAR
- FINANCIAMENTO E INOVAÇÃO
- PERGUNTAS & RESPOSTAS

Indicadores Conjunturais do QREN

Estratégias de Eficiência Colectiva

Em Julho de 2009 terminou o processo de reconhecimento formal das 19 Estratégias de Eficiência Colectivas (EEC) - 11 Pólos de Competitividade e Tecnologia e 8 Outros Clusters -, que haviam sido reconhecidas em Janeiro de 2009, embora de forma condicionada, devido à necessidade de amadurecimento das propostas de progra-

sariais e outros agentes públicos. Também em Julho de 2009 foram reconhecidos formalmente 25 PROVERE (8 no Norte, 8 no Centro, 7 no Alentejo e 2 no Algarve), que apontam para um investimento elegível na ordem dos 5,6 mil M€, do qual 706 M€ em projectos-âncora, e que envolvem um número elevado de actores, apesar de, neste caso, ser

Pólos de Competitividade e Tecnologia (PCT)

PCT PRODUTECH - Pólo das tecnologias de produção
PCT Indústrias de base florestal
PCT Agro-industrial
PCT Energia
PCT Engineering & Tooling
PCT Indústrias de mobilidade
PCT Indústrias de refinação, petroquímica e química industrial
PCT Moda
PCT Saúde
PCT TICE.PT - tecnologias de informação, comunicação e electrónica
PCT Turismo

Outros Clusters

Agro-industrial do Centro
Agro-industrial do Ribatejo
Conhecimento e economia do mar
Habitat sustentável
Indústrias criativas na região do Norte
Mobiliário
Pedra natural
Vinhos da região demarcada do douro

mas de acção apresentados pelos promotores. Estas EEC reconhecidas, centradas num investimento elegível na ordem dos 2 mil M€, do qual cerca de ¼ em projectos-âncora, envolvem mais de meio milhar de actores, maioritariamente empresas, mas também, e em estreita articulação, entidades do SCT e de formação, associações empre-

menos expressiva, face aos PCT e Outros Clusters, a presença de actores empresariais e pertencentes ao SCT (destacando-se a presença de actores públicos locais).

Fonte: Boletim Informativo N.º 5 QREN (Informação reportada a 30 Setembro 2009)

DOCUMENTOS

POVT COM UMA TAXA DE COMPROMISSO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS DE 39%

O Programa Operacional Valorização do Território (POVT) aprovou até 31 de Dezembro de 2009, um total de 276 projectos que envolvem um Investimento Total Elegível de 2,5 mil milhões de euros e a atribuição de um total de fundos comunitários (FEDER e Fundo de Coesão) que ascende a 1,8 mil milhões de euros, o qual corresponde a 39% do montante global de fundos comunitários previstos no POVT para todo o período 2007 - 2013.

Estes dados estão disponíveis na Lista de Beneficiários do POVT (ver documento em baixo), actualizada à data de 31 de Dezembro de 2009, onde consta a identificação de todos os projectos aprovados neste Programa, por Eixo Prioritário e Domínio de Intervenção.

Ver Documento 



Procura um meio para financiar as suas actividades? Não procure mais, já encontrou.

GarantiaMútua
Cresça connosco.

NORGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Agências: **Porto**, **Aveiro**, **Viana**

GARVAL - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Agências: **Santarém**, **Leiria**, **Algarve**

LISGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Agências: **Lisboa**, **Algarve**, **Madeira**

AGROGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Sector: Agro-Industrial em todo o País

800 244 245